

Fotografia e Memória Institucional: o acervo HeMEPT e as representações da Educação Profissional e Tecnológica no Campus Pelotas (1930-1950)

Photography and Institutional Memory: the HeMEPT collection and representations of Vocational and Technological Education at the Pelotas Campus (1930–1950)

Rafaela Domingues Cavalheiro,¹ IFSul Campus Pelotas

Luiz Felipe Pinheiro Berndt,² IFSul Campus Pelotas

Resumo

O artigo analisa o papel da fotografia institucional na educação profissional entre as décadas de 1930 e 1950, utilizando o acervo do Repositório Digital História e Memória da EPT (IFSul – Campus Pelotas). Partindo das transformações políticas e socioeconômicas do período, discute-se como o ensino profissional foi incorporado ao projeto modernizador do Estado, articulando disciplinamento, racionalização produtiva e construção de identidades. Com base em Mauad (2005), Kossoy (2008), e Le Goff (1990), entende-se a fotografia como documento-monumento que produz narrativas de ordem, civismo e modernidade. A análise de três imagens evidencia que esses registros não são neutros, mas dispositivos que organizam e hierarquizam corpos, performam valores institucionais e consolidam memórias. Conclui-se que a fotografia foi central para legitimar práticas escolares e compor a memória visual da educação profissional.

Palavras-chave: Educação profissional; Fotografia institucional; Disciplinamento; Modernização; HeMEPT.

Abstract

The article analyzes the role of institutional photography in vocational education between the 1930s and 1950s, using the collection of the HeMEPT Digital Repository (IFSul – Campus Pelotas). Based on the political and socioeconomic transformations of the period, it discusses how vocational education was incorporated into the State's modernization project, articulating discipline, productive rationalization, and identity construction. Drawing on Mauad (2005), Kossoy (2008), and Le Goff (1990), photography is understood as a document-monument that produces narratives of order, civism, and modernity. The analysis of three images shows that these records are not neutral, but devices that organize and hierarchize bodies, perform institutional values, and consolidate memories. It is concluded that photography was central in legitimizing school practices and composing the visual memory of vocational education.

Keywords: Vocational education; Institutional photography; Discipline; Modernization; HeMEPT.

¹ Bacharel em História pela Universidade Federal de Pelotas. Graduanda no curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Campus Pelotas). Email: cavaleiro.domingues@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Pelotas. Graduando no curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (Campus Pelotas). Email: lufelipe.berndt@gmail.com.

Introdução

As instituições de ensino profissional da primeira metade do século XX produziram, ao longo de sua trajetória, um vasto repertório de práticas, documentos e imagens que permitem compreender como o Estado brasileiro buscou organizar o trabalho, a técnica e a formação da juventude em meio a um cenário de intensas transformações sociais. A educação profissional emergiu como uma das esferas privilegiadas de intervenção governamental, assumindo papel estratégico na formação de trabalhadores considerados aptos às exigências técnicas e morais do processo de industrialização. Esse período de 1930 a 1950 assistiu não apenas ao crescimento do ensino técnico, mas à constituição de um vocabulário visual e discursivo que modelou identidades, comportamentos e expectativas sociais acerca do trabalhador moderno.

O fortalecimento de políticas centralizadoras, especialmente a partir da Era Vargas, inscreveu a educação profissional no cerne do projeto nacional-desenvolvimentista e, nesse contexto, reformas institucionais como a reorganização das escolas de aprendizes e artífices, a criação das escolas industriais e técnicas e a regulamentação do sistema federal de ensino industrial pelo Decreto-Lei nº 4.127/1942 expressam a tentativa estatal de controlar não apenas a formação técnica, mas também as práticas cotidianas, os comportamentos e a própria estética da vida escolar (Brasil, 1942). Nesse cenário, a cultura visual, especialmente a fotografia institucional, tornou-se um recurso decisivo para a construção de narrativas de legitimidade, eficiência e disciplina. A imagem, enquanto produto cultural e instrumento político, passou a atuar como tecnologia de poder capaz de organizar percepções, naturalizar hierarquias e performar valores que se pretendiam constitutivos da nação moderna.

A compreensão dessa lógica visual exige, portanto, o reconhecimento da fotografia como artefato histórico e socialmente situado, cuja produção, circulação e preservação articulam dimensões técnicas, simbólicas e políticas. Conforme argumenta Mauad (2005), a fotografia opera simultaneamente como documento e monumento, sendo resultado de uma construção cultural que deve ser submetida à crítica externa e interna. Essa perspectiva encontra ressonância nas reflexões de Le Goff (1990), para quem todo documento é também monumento, produto de escolhas, intencionalidades e estratégias de poder que configuram a própria memória histórica. Do mesmo modo, Kossoy (2008) reforça que a imagem fotográfica é sempre elaborada, mesmo quando se apresenta como registro fiel da realidade. Além disso, Sontag (2004), por sua vez, evidencia que as câmeras, ao estetizar e instrumentalizar o real,

tornam-se dispositivos fundamentais nos regimes modernos de vigilância, controle e representação.

É nesse enquadramento teórico-metodológico que se insere o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT/IFSul – Campus Pelotas), cuja materialidade documental, composta por fotografias, documentos administrativos, objetos escolares e registros institucionais, constitui um corpus expressivo para investigar as múltiplas camadas da cultura escolar e dos regimes de visibilidade da educação profissional no sul do país. Mais do que um arquivo digital, o HeMEPT opera como dispositivo de memória capaz de revelar práticas, rituais, performances e estratégias institucionais de produção de sentido, permitindo compreender não apenas o funcionamento da escola, mas as formas pelas quais ela buscou representar-se, legitimar-se e inscrever-se na narrativa pública de modernização.

Partindo dessa perspectiva, este artigo realiza uma análise histórico-visual de três fotografias do HeMEPT, produzidas entre as décadas de 1930 e 1950, a fim de compreender como a institucionalidade escolar se manifesta e se consolida por meio da imagem. O estudo mobiliza aportes da história da educação, da cultura visual, da história pública e dos estudos de memória, especialmente no que concerne às noções de disciplinamento, performatividade institucional, regimes de visibilidade e produção de corpos. A partir dessa abordagem, busca-se demonstrar como a fotografia institucional contribui para a elaboração de narrativas sobre o ensino profissional e se insere no processo mais amplo de modernização técnico-científica e moral que marcou o Brasil na primeira metade do século XX.

Por fim, o artigo organiza-se em três seções articuladas. A primeira apresenta o contexto histórico e institucional da educação profissional entre as décadas de 1930 e 1950, destacando as relações entre modernização e disciplinamento. A segunda seção discute o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT), explicitando o corpus utilizado, os procedimentos metodológicos e a abordagem historiográfica que orienta a análise das imagens, compreendidas como documentos-monumentos. A terceira desenvolve a análise histórico-visual de três fotografias do acervo, examinando suas camadas simbólicas, estéticas e discursivas e evidenciando como tais registros performam valores institucionais e expectativas sociais acerca do trabalho, do civismo e da juventude técnica. Ao final, propõe-se refletir sobre a fotografia enquanto artefato histórico e político, capaz de produzir visibilidades, educar o olhar e participar da construção das narrativas sobre o ensino profissional na modernidade brasileira.

Modernização, Disciplina e Cultura Visual na Educação Profissional (1930–1950)

Entre as décadas de 1930 e 1950, o Brasil vivenciou um conjunto de transformações estruturais que redefiniram os sentidos de modernização, trabalho e vida urbana. Como aponta Teixeira e Ribeiro (2016), esse período representou uma inflexão decisiva na organização econômica e social do país, marcada pelo declínio do modelo agrário-exportador e pela ascensão de novas dinâmicas urbanas e industriais. Nas palavras do autor:

A década de 1930, no Brasil, é marcada pelo fim da hegemonia agrária exportadora e a estrutura produtiva do ambiente urbano passa a ter uma força maior, estimulando processos de urbanização pelo território brasileiro. É nessa década que o Estado investe de fato nas cidades com obras de infraestrutura e melhores condições para o desenvolvimento industrial. (Teixeira; Ribeiro, 2016, p. 53).

A crise do modelo agrário-exportador, aliada à ascensão de novas elites industriais e ao fortalecimento de projetos estatais centralizadores, instaurou um cenário no qual industrialização, controle social e construção de identidades nacionais se tornaram eixos estratégicos da ação governamental. Intensificaram-se, nesse contexto, as disputas em torno do significado de “progresso”, ao mesmo tempo em que o Estado passou a intervir de modo mais direto na organização da sociedade, na conformação da força de trabalho e na criação de mecanismos de visibilidade institucional. A reorganização das cidades, a expansão do capitalismo industrial e o avanço de políticas voltadas à modernização produtiva conformaram um ambiente em que reformas educacionais, programas de racionalização da mão de obra e narrativas visuais destinadas a legitimar o projeto desenvolvimentista ganharam centralidade. Nesse sentido, a educação profissional emergiu como uma peça estratégica, pois, “a formação dos trabalhadores deixa de ser medida social e passa a integrar a lógica econômica do país, articulada ao processo de industrialização e às exigências produtivas” (Ramos, 2014, p. 15).

Esse rearranjo econômico e social, ancorado na racionalização produtiva e na crescente intervenção estatal, abriu caminho para a consolidação de um modelo político que passou a articular modernização e direção centralizada das políticas públicas. Nesse processo, o ensino profissional não foi um campo neutro, mas um espaço tensionado por interesses econômicos e por estratégias de regulação social definidas pelo Estado para moldar uma nova classe trabalhadora, de modo que a intensificação do papel estatal como agente regulador

tornou-se o eixo estruturante das estratégias de reorganização institucional, redefinindo os vínculos entre trabalho, cidadania e desenvolvimento nacional.

É nesse mesmo horizonte interpretativo que, como analisa Medeiros (2020), a Era Vargas inaugurou um ciclo político em que demandas sociais foram apropriadas e reinterpretadas pelo Estado, convertendo-se em instrumentos de ordenamento e de construção de identidades coletivas compatíveis com o ideário nacional-desenvolvimentista. Segundo o autor, “a Era Vargas modernizou as estruturas políticas, sociais e econômicas brasileiras, a partir da inserção de demandas populares na construção de políticas públicas e de direitos trabalhistas [...] transformando o país agrário-exportador em urbano-industrial” (Medeiros, 2020, p. 836). Essa dinâmica revela o caráter ambivalente das políticas estatais do período: ao mesmo tempo em que ampliavam direitos e consolidavam uma nova presença pública do Estado, reforçavam também práticas de vigilância, enquadramento moral e regulação da força de trabalho.

Nesse mesmo movimento, instituições como as escolas de aprendizes artífices, as escolas industriais e as escolas técnicas assumiram um papel decisivo ao articular moralização e instrução técnica, configurando-se como dispositivos de formação de trabalhadores disciplinados e ajustados às exigências do trabalho moderno. Nessa direção, Lima Filho (2024) destaca que “a relação trabalho-educação constitui um campo central [...], apresentando projetos e modelos educacionais para a formação da classe trabalhadora” (Lima Filho, 2024, p. 24). Tal perspectiva reforça que a educação profissional, historicamente, foi direcionada às camadas populares, operando mecanismos de disciplinamento e controle social. Essas instituições não apenas preparavam mão de obra, mas também produziam subjetividades alinhadas a um regime produtivo que associava eficiência, obediência e moralidade.

A reestruturação instituída pelo Decreto-Lei n.º 4.127/1942 consolidou essa lógica ao formalizar a rede federal de ensino industrial e sistematizar suas distintas modalidades, escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem (Brasil, 1942). Tal arranjo institucional aprofundou os princípios do nacional-desenvolvimentismo, assentados na produtividade, na ordem e na disciplina. Nesse contexto, o processo de trabalho moderno passa a demandar um trabalhador disciplinado, capaz de adaptação e conformação às normas institucionais impostas pela organização produtiva. Como observam Cândido, Jucá e Silva (2019), o reordenamento do ensino técnico-profissional “revelou-se, na prática, uma forma de

promover a formação de mão de obra para as necessidades do mercado de trabalho, mantendo-se o caráter dualista da educação brasileira” (Candido *et al.*, 2019, p. 1).

Paralelamente a esse projeto disciplinador, consolidou-se também um regime de visibilidade estatal. As escolas técnicas passaram a funcionar como verdadeiras vitrines do governo, nas quais práticas, rituais, oficinas e rotinas eram cuidadosamente registradas para demonstrar eficiência administrativa e progresso civilizatório. Nesse contexto, a cultura visual tornou-se um elemento estruturante do projeto modernizador. A fotografia institucional, compreendida como “produto cultural, fruto de trabalho social de produção sígnica” (Mauad, 2005, p. 144), operava como uma linguagem capaz de normatizar comportamentos, performar valores e produzir representações sobre juventude, trabalho e moralidade.

A potência simbólica desse dispositivo se intensifica quando articulada às reflexões de Susan Sontag (2004), fotografar significa “capturar a realidade e transformá-la em objeto que pode ser possuído” (Sontag, 2004, p. 14). Nesse sentido, registrar oficinas ordenadas, estudantes uniformizados ou gestos disciplinados não se limitava a constituir documentação administrativa, mas configurava a construção de um ideal normativo vinculado à cultura política do Estado Novo. As câmeras, tornam-se simultaneamente “espetáculo (para as massas)” e “objeto de vigilância (para os governantes)” (Sontag, 2004, p. 155), reproduzindo, no plano visual, a mesma lógica de controle que estruturava a educação profissional: visibilidade e vigilância, técnica e moral, registro e poder.

Compreender a educação profissional entre 1930 e 1950 exige situá-la nesse cruzamento entre política econômica, cultura visual, disciplinamento moral e emergência urbano-industrial. As escolas técnicas não foram apenas espaços de formação; constituíram dispositivos de regulação social e de legitimação estatal, nos quais a modernidade era ensinada, performada e exibida. A fotografia institucional, nesse contexto, materializou ideais de ordem, progresso e disciplinamento, contribuindo para produzir sensibilidades, orientar condutas e reforçar a autoridade do Estado sobre corpos, gestos e práticas da juventude trabalhadora.

Ao mesmo tempo, essas práticas visuais não podem ser compreendidas como meros registros neutros: elas se inscrevem em uma lógica de visibilidade e vigilância, combinando dimensão estética e função normativa, na qual o olhar da instituição organiza, classifica e disciplina o espaço social. É nesse ponto de convergência entre ensino profissional, disciplina e produção de visibilidade que se estabelece o caminho para o próximo desenvolvimento, que se dedicará à análise detalhada das imagens, explorando como a fotografia institucional,

preservada em repositórios digitais, atua como dispositivo de memória, controle e construção de narrativas sobre a educação profissional.

O HeMEPT como Dispositivo de Memória e Visibilidade: Fotografia Institucional e Construção de Narrativas na Educação Profissional

A partir desse panorama histórico mais amplo, torna-se possível avançar para a análise das formas pelas quais a educação profissional participou da construção do projeto modernizador brasileiro. É justamente na articulação entre práticas institucionais, regimes de visibilidade e produção de narrativas que o Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT/IFSul – Campus Pelotas) assume centralidade, ao disponibilizar o acervo fotográfico que sustenta esta investigação referente ao período de 1930 a 1950.

Idealizado pelo Grupo de Pesquisa História, Educação e Docência (GPHEDo/IFSul), o HeMEPT configura-se como uma plataforma voltada à preservação, organização e difusão do patrimônio documental associado às instituições de ensino técnico e profissional do sul do país, com o “intuito de resguardar documentos históricos e paralelamente estimular a sua difusão por meio do acesso digital” (Rodrigues, 2025, p. 157). Sua concepção insere-se no movimento mais amplo de consolidação de repositórios institucionais como infraestruturas estratégicas para o campo científico contemporâneo. Conforme observam Gourikeremath e Hiremath (2025), “Institutional repositories represent critical infrastructure enabling universities to capture, organize, preserve, and provide access to research materials in electronic formats.” (Gourikeremath; Hiremath, 2025, p. 64).³ Tais sistemas não apenas asseguram o armazenamento e a gestão de objetos digitais de distintas naturezas, mas preservam, de forma igualmente relevante, os contextos de sua produção, dimensão fundamental para investigações históricas que articulam forma, função e trajetória documental.

Neste enquadramento, o HeMEPT congrega um conjunto expressivo de materiais que documentam a formação e o desenvolvimento institucional do IFSul – Campus Pelotas. Além do acervo fotográfico, que registra práticas escolares, eventos, infraestruturas, cerimônias e rotinas institucionais, o repositório reúne documentos administrativos, como atas, relatórios,

³“Repositórios institucionais representam uma infraestrutura essencial que permite às universidades capturar, organizar, preservar e disponibilizar materiais de pesquisa em formatos eletrônicos” (Gourikeremath; Hiremath, 2025, p. 64, tradução nossa).

livros de registros e diferentes tipologias de documentação burocrática, incluindo quadros de formatura, troféus, e outros objetos que compõem a materialidade histórica da instituição. Trata-se, portanto, de um corpus que ultrapassa a lógica de um arquivo digital convencional: ao articular fontes visuais, textuais e materiais, o HeMEPT permite acessar dimensões complementares da experiência escolar e compreender os modos pelos quais a instituição produziu, selecionou, preservou e organizou seus próprios vestígios ao longo do tempo.

Ao proporcionar acesso sistematizado a esse conjunto heterogêneo de evidências, o repositório opera como um dispositivo de memória que possibilita ao pesquisador identificar continuidades, rupturas, práticas cotidianas e estratégias institucionais de representação. Simultaneamente, ele evidencia as formas pelas quais a cultura escolar e a cultura visual foram mobilizadas como instrumentos de legitimação, disciplinamento e construção de identidades no contexto da educação profissional. Assim, o HeMEPT não apenas reúne documentos: ele media regimes de visibilidade, aciona políticas de memória e oferece subsídios essenciais para análises que buscam compreender como as escolas técnicas e profissionais produziram, ao longo do século XX, narrativas sobre si mesmas e sobre o papel social que reivindicavam desempenhar.

À luz desse entendimento sobre o repositório e sua materialidade documental, torna-se possível avançar para a discussão historiográfica da fotografia, eixo central para a análise das imagens presentes no HeMEPT. Nesse sentido, é sobretudo no acervo fotográfico que essa articulação entre prática e representação adquire maior força expressiva. As imagens registram oficinas, laboratórios, aulas práticas, eventos cívicos, cerimônias, atividades esportivas, jornadas de trabalho e a organização espacial da instituição. Longe de serem registros espontâneos, essas fotografias cumprem funções narrativas e políticas: documentam, selecionam, ordenam e legitimam aquilo que deveria ser compreendido como identidade institucional. Como observa Susan Sontag em sua obra *“Sobre Fotografia”* (2004), “as fotos tornaram-se uma útil ferramenta dos Estados modernos na vigilância e no controle de suas populações cada vez mais móveis” (Sontag, 2004, p. 111). Ao organizar oficinas impecáveis, fileiras de estudantes, instrutores posicionados hierarquicamente e ambientes pedagógicos meticulosamente arrumados, as escolas técnicas produziam um regime de visibilidade em que fotografar é também ordenar, classificar e naturalizar comportamentos e valores.

Nesse ponto, torna-se fundamental reconhecer que a fotografia institucional não pode ser compreendida como documento neutro. Como reforça Boris Kossoy em *“O paradigma da fotografia”* (2008), “a imagem fotográfica é sempre construída por mais ‘documental’ que

seja seu conteúdo” (Kossoy, 2008, s/p.). Esse entendimento aproxima a fotografia institucional de outras formas de construção discursiva, situando-a no âmbito das disputas estéticas, culturais e ideológicas que configuram o campo educacional.

Conforme argumenta Le Goff em sua obra *“História e Memória”* (1990), “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem [...] o documento é monumento” (Le Goff, 1990, p. 548). As imagens presentes no HeMEPT são, nesse sentido, tanto testemunhos quanto performances, elas participam de um esforço institucional de construir representações, consolidar valores e fixar no futuro uma imagem ordenada, eficiente e moralizada da educação profissional. Nesse mesmo sentido, Kossoy complementa essa reflexão ao afirmar que “a alma do documento é a representação elaborada, construída, nele sempre presente, incorporada desde o momento da gênese do registro” (Kossoy, 2008, s/p.).

Essa interpretação se fortalece ao considerar as contribuições de Ana Maria Mauad, em sua obra *“Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX”* (2005), onde evidencia a fotografia como uma construção social complexa, regida por códigos culturais específicos. Conforme observa a autora, “a fotografia não é apenas documento, mas também monumento, e como toda a fonte histórica deve passar pelos trâmites das críticas externa e interna [...] sendo organizada em séries fotográficas extensas e homogêneas, capazes de dar conta de um universo significativo de imagens” (Mauad, 2005, p. 144).

Essa compreensão se aprofunda ao considerarmos a própria dimensão técnica da fotografia, uma vez que, “as câmeras implementam uma visão estética e instrumental da realidade, reunindo informações que nos habilitam a reagir de modo mais acurado a tudo o que estiver acontecendo” (Sontag, 2004, p. 152), desse modo, cada imagem institucional desempenha simultaneamente funções de estetização.

Nessa perspectiva, a fotografia deixa de ser compreendida como mero registro neutro e passa a ser interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentidos, estruturado por códigos convencionalizados culturalmente, que operam simultaneamente no tempo e nos diferentes níveis de significação que a imagem comporta. Como afirma Mauad, “trata-se de uma mensagem visual cujas unidades constituintes são culturais e assumem funções sógnicas específicas conforme o contexto em que circulam e o lugar que ocupam dentro da própria mensagem” (Mauad, 2005, p. 139). A partir dessa premissa, a fotografia institucional deve ser analisada não apenas como documento, mas como monumento, uma

construção intencional que demanda crítica externa e interna, organização cronológica e rigor analítico capazes de revelar padrões estéticos, discursivos e políticos que estruturam a produção de imagens. Esse processo crítico torna visível que cada série fotográfica responde a um projeto de codificação do real, articulando critérios de seleção e repetição que performam valores sociais e institucionais.

Nesse ponto, a reflexão de Sontag se integra de modo decisivo: ao mesmo tempo em que as câmeras implementam uma visão estética da realidade, possibilitando “julgamentos desinteressados sobre a beleza e o interesse” (Sontag, 2004, p. 152), elas operam instrumentalmente, reunindo informações que permitem controlar, classificar e reagir ao que acontece no espaço social. Assim, a fotografia institucional presente no HeMEPT emerge como dispositivo estético e técnico que organiza o visível, produzindo narrativas sobre disciplina, trabalho, civismo e modernidade, e cuja análise requer uma desmontagem atenta das camadas simbólicas e políticas que a constituem.

A análise histórico-visual das fotografias do repositório evidencia que cada enquadramento, pose e composição espacial constitui um enunciado visual específico. Como observa Mauad, “a fotografia comunica-se por meio de mensagens não verbais [...], possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto social” (Mauad, 2005, p. 144). Somado a isso, Sontag observa que “a fotografia tornou-se um instrumento incomparável para interpretar o comportamento, prevê-lo e nele interferir” (Sontag, 2004, p. 121). As fotografias presentes no HeMEPT não apenas observam comportamentos; elas participam de sua própria construção, moldando gestos, posturas e modos de ser que correspondem ao ideal estatal do trabalhador disciplinado e produtivo.

Essa compreensão amplia-se quando retomamos outra advertência, “é preciso desmontar esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (Le Goff, 1990, p. 548). O repositório, portanto, oferece uma dupla dimensão analítica. Como evidência empírica, documenta oficinas, laboratórios, rituais cívicos, práticas esportivas e interações cotidianas, permitindo reconstruir práticas pedagógicas e compreender a implementação da política educacional do período. Como representação simbólica, constitui um dispositivo performativo que articula corpos, gestos, objetos e espaços para produzir narrativas visuais de disciplina, moralidade e civismo.

É essa desmontagem, material, visual e simbólica, que possibilita compreender a educação profissional não apenas como política educacional, mas também como prática de produção de corpos, visualidades e narrativas institucionais. É sobre essa produção visual e

sobre as narrativas que emergem que o próximo tópico se debruça, examinando detalhadamente três fotografias do acervo do HeMEPT e suas múltiplas camadas de sentido.

Análise Histórico-Visual das Fotografias Institucionais do Acervo do HeMEPT (1930–1950)

Antes de iniciar a análise das imagens, é necessário situar o quadro ético-jurídico que regula o uso de acervos fotográficos em pesquisas históricas. Todos os registros utilizados são fotografias institucionais provenientes de acervo público, sem identificação nominal dos indivíduos, e têm uso restrito a fins acadêmicos e não comerciais, em conformidade com a legislação vigente.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) estabelece que o tratamento de informações deve observar princípios como finalidade, adequação, necessidade e transparência (Brasil, 2018). O Repositório Digital História e Memória da Educação Profissional e Tecnológica (HeMEPT/IFSul – Campus Pelotas), responsável pelo acervo aqui analisado, cumpre essas diretrizes, especialmente porque suas fotografias, majoritariamente anteriores a 1950, envolvem sujeitos já falecidos e são disponibilizadas com critérios institucionais de preservação e respeito à memória.

Dessa forma, a análise das imagens adota uma perspectiva que integra responsabilidade ética e conformidade legal, reconhecendo que as fotografias do HeMEPT constituem artefatos visuais dotados de historicidade, intencionalidade e múltiplas camadas de sentido.

Década de 1930

Imagem 1 - Grupo de Professores do Instituto Profissional Técnico 1939



Fonte: HeMEPT, 2025.

A fotografia em preto e branco da década de 1930 intitulada “Grupo de Professores do Instituto Profissional Técnico” (Imagem 1), retrata o corpo docente da instituição, apresentando um numeroso grupo de adultos posando diante da fachada de um edifício institucional, possivelmente uma das entradas principais do Instituto Profissional Técnico de Pelotas. Aproximadamente trinta e uma pessoas organizam-se em três fileiras hierarquizadas: a primeira, composta majoritariamente por mulheres sentadas; a segunda, posicionada logo atrás, formada por homens em atitude formal; e uma terceira fileira, ainda mais elevada, também masculina, compondo uma disposição escalonada e calculada para garantir a visibilidade de todos no registro. As sete mulheres da linha frontal aparecem sentadas com as pernas paralelas e os tornozelos juntos, mãos repousadas sobre o colo ou segurando objetos pessoais, nota-se, por exemplo, uma pasta ou caderno nas mãos de uma delas. Usam vestidos escuros e *tailleurs* característicos da moda formal urbana das décadas de 1930 e 1940, adornados por broches discretos e acompanhados de sapatos fechados. Os cabelos, quase sempre presos ou cuidadosamente ondulados, compõem uma imagem de sobriedade e profissionalismo.

A maioria masculina veste ternos completos, paletó, calça e gravata, em diferentes tonalidades de cinza, preto e marrom, reforçando uma atmosfera de formalidade que atravessa todo o retrato. Muitos exibem bigodes discretos, as poses são rígidas e as expressões sérias, respeitando a estética típica das fotografias institucionais da época. Há um cuidado evidente com a simetria: a figura central, um homem sentado no meio da fileira frontal, apresenta postura imponente, mãos cruzadas sobre o joelho e pernas ligeiramente afastadas, sugerindo posição de autoridade, supervisão ou liderança no grupo.

A imagem revela, antes de tudo, um ritual de representação institucional. Nada na disposição espacial das pessoas é fruto da espontaneidade: trata-se de uma construção visual típica das instituições educacionais da primeira metade do século XX, orientada por códigos de disciplina, ordem e hierarquia, elementos centrais da cultura escolar do período. Nesse sentido, a fotografia opera como dispositivo de performatividade docente e de legitimação da autoridade pedagógica. A rigidez corporal, a simetria e a atmosfera de formalidade produzem uma imagem de corpo docente coeso, moralmente alinhado e tecnicamente competente. A postura dos homens, especialmente os das fileiras intermediária e superior, reforça a hegemonia masculina nas posições de comando, enquanto a presença das mulheres, embora visível e central no enquadramento, permanece situada em um lugar associado à docilidade

disciplinada. A fotografia materializa, assim, uma pedagogia ainda profundamente marcada por estruturas patriarcais e pela racionalidade técnico-administrativa em consolidação no ensino profissional do período.

Observam-se também tensões e hierarquias de gênero inscritas no próprio dispositivo fotográfico. A distribuição das mulheres à frente, sentadas, com gestualidade contida, contrasta com a disposição dos homens atrás, de pé e ocupando posições mais elevadas. Essa organização não é casual: corresponde aos padrões imagéticos da época e traduz expectativas sociais sobre o trabalho feminino no magistério técnico, frequentemente associado à assistência, ao cuidado e à moralização, enquanto aos homens se atribuía o lugar da autoridade e da direção. A fotografia, portanto, não apenas registra tais relações, mas também as reforça e legitima.

A formalidade estética, o uso de trajes urbanos, a predominância masculina e a própria existência de um corpo docente numeroso apontam para uma fase de modernização institucional, alinhada às reformas educacionais que se intensificaram no Estado Novo. Nesse sentido, o retrato funciona como testemunho da crescente profissionalização do ensino técnico e da valorização da formação escolarizada para o trabalho, compondo uma narrativa visual de modernidade, racionalização e eficiência administrativa.

Por fim, destaca-se a visualidade disciplinar que estrutura a cena. A contenção expressiva, a rigidez dos corpos, o controle do olhar e a homogeneização das poses descreve como dispositivos de governamentalidade: tecnologias que administram condutas, regulam gestos e produzem sujeitos por meio de práticas de visibilidade cuidadosamente ordenadas. A fotografia, nesse contexto, ultrapassa o estatuto de simples registro e atua como instrumento de poder inscrito na rotina institucional, contribuindo para naturalizar um ideal de ordem moral, competência técnica e hierarquia organizacional. Não se trata, portanto, apenas de retratar um grupo, mas de produzir uma imagem que performa a instituição, projetando sua identidade para dentro e para fora e consolidando um ethos legitimador de sua própria existência.

Década de 1940

Imagem 2 - Equipe Esportiva da Escola Técnica de Pelotas



Fonte: HeMEPT, 2025.

A fotografia em preto e branco da década de 1940, retrata a equipe esportiva da Escola Técnica de Pelotas (Imagem 2), incluindo alunos, professores e a presença de um guarda. A imagem apresenta um numeroso grupo de homens reunidos em um ambiente externo, diante de uma faixa onde se lê “Escola Técnica de Pelotas”. A cena, capturada em um momento de pausa e organização coletiva, revela um grupo composto majoritariamente por alunos e instrutores, identificáveis pelos uniformes escuros estampados com o emblema da instituição, ao lado de algumas figuras vestindo trajes civis, caracterizados por casacos, boinas, chapéus e ternos simples. O grupo organiza-se em dois níveis distintos: uma fileira anterior, posicionada sobre os trilhos de trem, e outra, mais numerosa, disposta sobre o barranco logo atrás. A disposição escalonada parece calculada para conferir visibilidade a todos os participantes, preservando a lógica hierarquizada e ritual do retrato coletivo institucional.

A fileira frontal, composta por aproximadamente vinte homens, combina figuras de diferentes posições sociais e funcionais. Observam-se corpos masculinos adultos, com posturas rígidas, pés paralelos e gestualidade contida. Alguns usam macacões, outros trajes civis, sugerindo a presença simultânea de alunos, funcionários e possivelmente instrutores vinculados a áreas técnicas específicas. A faixa estendida à frente desempenha papel central na composição: funciona como legenda visual, afirmando a procedência institucional do grupo e antecipando ao observador a finalidade comemorativa ou representativa da imagem.

Na fileira superior, o número maior de homens mais jovens cria um efeito de densidade simbólica. Os uniformizados exibem, sobre o peito, o distintivo circular da Escola Técnica, elemento que reforça a homogeneidade identitária do coletivo. Entre eles, alguns seguram instrumentos musicais, como violão e acordeão, e outros carregam pranchetas ou

pastas, elementos que apontam para uma ocasião de convivência ou deslocamento prolongado, talvez uma excursão técnica, um acampamento escolar ou uma atividade representativa em local afastado da sede urbana. Ao lado direito, um aluno ergue uma bandeira com o brasão da instituição, gesto que monumentaliza o grupo e confere formalidade cívica à cena.

O ambiente natural onde o retrato foi produzido, um espaço aberto com vegetação densa ao fundo e terreno acidentado, sugere uma atividade realizada fora do perímetro urbano de Pelotas. A presença dos trilhos de trem no primeiro plano introduz um elemento significativo: remete à infraestrutura ferroviária ainda ativa no período e, simbolicamente, associa o grupo à ideia de deslocamento, progresso e modernização técnica, valores historicamente vinculados à educação profissional. Os trilhos funcionam, assim, não apenas como suporte físico da composição, mas como metáfora da própria trajetória institucional: linear, contínua, orientada ao avanço.

Nesse contexto, destaca-se também a presença ostensiva de um guarda entre os integrantes da cena. Seu uniforme, as insígnias e a rigidez característica da postura corporal não apenas sinalizam autoridade, mas introduzem na fotografia um vocabulário visual associado à cultura cívico-militar vigente no período. A maneira como esse sujeito é posicionado, ocupando área de visibilidade privilegiada na fileira frontal, funciona como marcador simbólico de hierarquia, reforçando a articulação entre disciplina, civismo e formação técnica que orientava a atuação das instituições escolares de meados do século XX. Sua presença não é acessória, ela participa da produção de um ideal institucional de ordem, moralidade e controle, projetado tanto para o público interno quanto externo por meio da própria imagem.

A fotografia, entretanto, assim como a anterior, transcende o mero registro documental. Sua organização visual, corpos ordenados, gestualidade controlada, signo institucional em destaque, inscreve a imagem no repertório clássico das representações escolares de meados do século XX. Trata-se de uma construção performativa cuidadosamente elaborada, em que cada elemento participa da narrativa de coesão e competência que a Escola Técnica buscava projetar. Mesmo a paisagem aberta, aparentemente informal, é reordenada para conferir solenidade ao grupo: as duas fileiras, a bandeira, os instrumentos musicais e o cartaz com o nome da instituição operam como dispositivos de legitimação.

Do ponto de vista das relações sociais, a fotografia evidencia a hegemonia masculina que estruturava a formação técnica no período. Não há mulheres na cena, fato que reafirma a

exclusividade de gênero que marcou historicamente as escolas industriais e agrícolas até a segunda metade do século XX. A masculinidade projetada, expressa na rigidez corporal, nos uniformes de trabalho, nos bigodes e nas vestimentas operárias, materializa um ideal de trabalhador disciplinado, forte, preparado para as demandas técnicas da industrialização nacional. Esse ideal é não apenas representado, mas naturalizado pelo dispositivo fotográfico.

Por fim, a organização minuciosa dos corpos e objetos na cena permite uma leitura de governamentalidade. O ato de reunir, alinhar, enquadrar e congelar esses sujeitos sob o olhar da câmera transforma a fotografia em instrumento de regulação e visibilidade. Trata-se de uma tecnologia de poder que estabiliza um ideal institucional, a ordem, o pertencimento e a competência técnica, e que participa ativamente da construção da memória visual da Escola Técnica de Pelotas no século XX.

Década de 50

Imagem 3 - Desfile dos alunos da Escola Técnica de Pelotas



Fonte: HeMEPT, 2025.

A fotografia em preto e branco da década de 1950, apresenta um numeroso contingente de alunos da Escola Técnica de Pelotas marchando ao longo de uma das principais ruas do centro urbano da cidade (Imagem 3). Os estudantes, distribuídos em fileiras longas e compactas, aparecem uniformizados com camisetas escuras estampadas com o emblema da instituição e calças brancas, compondo um conjunto visual marcado pela homogeneidade cromática e pela disciplina corporal. A disposição dos corpos não é aleatória:

os jovens avançam com passos sincronizados, braços estendidos ao longo do corpo, expressões concentradas e olhar orientado para a marcha, configurando uma ritualização cívica típica das comemorações da Independência no Brasil do pós-guerra.

A paisagem urbana que enquadra o cortejo desempenha um papel fundamental na construção simbólica da imagem. As fachadas ecléticas dos prédios, com sacadas de ferro trabalhado, janelas verticais e detalhes ornamentais, situam a cena no centro de Pelotas, então reconhecida pela pujança econômica e pelo protagonismo regional. Nos pavimentos superiores, observam-se moradores inclinados sobre as sacadas, enquanto nas calçadas um público numeroso acompanha o desfile, ocupando cada fresta de espaço disponível. Carros estacionados, de modelos característicos da década de 1950, reforçam a temporalidade da imagem. Ao fundo, a estrutura maciça de um edifício em construção, coberta por andaimes, introduz uma narrativa de modernização urbana e crescimento econômico que tenciona, visualmente, tradição e progresso.

A marcha dos alunos, vista em perspectiva, produz um efeito de profundidade que conduz o olhar por toda a extensão da rua, onde corpo escolar e cidade se articulam em um mesmo eixo monumental. Trata-se de uma coreografia cívica na qual a juventude técnica é exibida ao público como símbolo de ordem, disciplina e formação para o trabalho. Na espacialidade da fotografia, o corpo coletivo — alinhado, repetido, uniforme — converte-se no protagonista da cena, enquanto a cidade funciona como palco e testemunho desse ritual.

A imagem revela, portanto, um momento privilegiado de performatividade institucional. Assim como nas fotografias de corpo docente da primeira metade do século XX, aqui também não há espontaneidade: existe um projeto visual deliberado. O desfile escolar opera como tecnologia de legitimação, apresentando a Escola Técnica como instituição moderna, disciplinada e integrada ao projeto nacional desenvolvimentista. O uniforme, repetido em dezenas de corpos, materializa a identidade coletiva forjada pela instituição e traduz uma estética de racionalidade e padronização diretamente associada ao ensino profissional daquele período.

A visualidade disciplinar da cena, marcada pela rigidez dos corpos e pela repetição coreografada dos gestos, pode ser lida à luz da governamentalidade foucaultiana. O desfile não é apenas um ato cívico, mas também um exercício público de moldagem e controle dos corpos, um modo de inscrever a autoridade escolar e estatal na própria corporalidade dos alunos. A fotografia, portanto, não se limita a representar esse regime de disciplinamento: ela

o materializa, o performatiza e o legitima, reforçando socialmente os valores de ordem, obediência e eficiência técnica que sustentavam a formação profissional naquele período.

Ao registrar essa marcha estudantil em pleno centro de Pelotas, a imagem transforma o espaço urbano em cenário ritual e a juventude técnica em emblema de modernização. Assim, a fotografia participa da construção de uma língua visual da nação, onde civismo, progresso e disciplina convergem para produzir uma estética simbólica que atravessa tanto a cultura escolar quanto o imaginário coletivo da época.

Em síntese, o exame das três fotografias evidencia que, apesar de produzidas em momentos distintos, todas mobilizam uma mesma lógica de ordenamento visual que articula disciplina, civismo e modernidade técnica. Nas três cenas, seja no retrato formal do corpo docente, no coletivo esportivo ou no desfile cívico, observam-se princípios recorrentes: a disposição hierarquizada dos corpos, a centralidade dos uniformes como marcadores identitários, a ritualização das posturas masculinas e, em alguns casos, a presença do sujeito guarda, cuja figura reforça visualmente a autoridade e o controle próprios das instituições escolares do período.

Esses elementos demonstram que as fotografias não se limitam a registrar práticas cotidianas, mas operam como construções performativas que organizam, hierarquizam e conferem sentido moral às situações retratadas. A imagem não apenas documenta o ambiente escolar; ela o transforma em modelo, estabilizando um ideal de juventude disciplinada, produtiva e integrada a um projeto técnico e cívico mais amplo. O alinhamento rigoroso, a uniformização, o emblema institucional e a monumentalização dos espaços aparecem de forma reiterada, indicando procedimentos visuais intencionais e coerentes entre si.

Dessa forma, o conjunto analisado revela que, no interior da cultura escolar de meados do século XX, a fotografia assumiu função normativa e pedagógica, contribuindo para naturalizar hierarquias, produzir consensos e construir uma memória visual pautada pela ordem, pela competência técnica e pela moralidade institucional. As três imagens, portanto, funcionam como dispositivos que condensam e projetam os sentidos atribuídos à formação profissional naquele contexto histórico.

Considerações finais

A análise das três fotografias do acervo do HeMEPT evidencia que a visualidade produzida pelas instituições de educação profissional entre as décadas de 1930 e 1950 integrou um vocabulário político e pedagógico mais amplo, orientado pela racionalidade

técnico-disciplinar característica do período. A organização hierárquica dos corpos, a repetição coreografada dos gestos, a centralidade dos uniformes e o enquadramento monumental dos espaços revelam que essas imagens não se limitam a documentar práticas cotidianas: elas performam a instituição, estabilizam identidades e naturalizam valores que estavam no cerne do projeto nacional-desenvolvimentista.

Ao articular elementos da cultura escolar, como o corpo docente formalizado, o coletivo esportivo e a marcha cívica, com símbolos de modernização, civismo e disciplina, as fotografias analisadas contribuíram para a construção de uma narrativa visual que legitimava o papel do ensino profissional na conformação de uma juventude trabalhadora moralmente ajustada e tecnicamente preparada para as exigências do processo de industrialização. Mais do que registros do passado, essas imagens são artefatos culturais carregados de intencionalidade, cujo estudo revela os modos pelos quais o Estado e as instituições educacionais mobilizaram a cultura visual como instrumento de ordenamento moral e político.

A partir das contribuições de Sontag (2004), Mauad (2005), Le Goff (2008) e Kossoy (2008), torna-se possível reconhecer que essas imagens operam como documentos-monumentos, constituindo-se ao mesmo tempo como evidências e como performances. Elas organizam a experiência histórica, selecionam o que deve ser lembrado e enquadram o real segundo padrões estéticos e normativos que traduzem relações de poder. Nessa perspectiva, o repositório digital não apenas preserva vestígios materiais da instituição, mas se converte em espaço de ativação da memória, permitindo que o olhar historiográfico desmonte as camadas simbólicas que sustentam essas representações.

Ao final, compreender a fotografia institucional como tecnologia de poder e como dispositivo de memória possibilita ampliar a reflexão sobre a própria história da educação profissional no Brasil. A visualidade disciplinar presente nas imagens, marcada por ordem, hierarquia e civismo, revela práticas de governamentalidade que moldaram corpos, sensibilidades e comportamentos. Assim, refletir sobre essas fotografias implica reconhecê-las como artefatos históricos e políticos capazes de produzir visibilidades, educar o olhar e participar ativamente da construção das narrativas sobre o ensino profissional na modernidade brasileira. Nesse horizonte interpretativo, vale recordar a observação de Mauad (2005), que sintetiza o desafio hermenêutico colocado pelas imagens:

A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas. A imagem decalca-se em nosso pensamento como sombras, duplos, projeções, representações, mensagens para sempre ou por um instante na memória,

como se pensar fosse ver e ver fosse também pensar, numa circularidade difícil de interromper (Mauad, 2005, p. 147).

Essa reflexão final reforça que analisar fotografias é, em última instância, interrogar a própria lógica de representação que sustenta a memória institucional e o patrimônio educacional.

Referências

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Dispõe sobre a organização do ensino industrial. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 27 fev. 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 10/11/2025.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 24/11/2025.

CANDIDO, Francineuma Guedes; JUCÁ, Sandro César Silveira; SILVA, Solonildo Almeida. A Era Vargas e o ensino técnico-profissional: a implantação do Liceu Industrial no Ceará. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 6, e27861059, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/1059/884>. Acesso em: 17/11/2025.

GOURIKEREMATH, G.; HIREMATH, R. Institutional Repositories in Karnataka Universities: Status Assessment, AI-Assisted Framework Development and Future Research Directions. **ShodhAI: Journal of Artificial Intelligence**, v. 2, n. 1, 2025. DOI: 10.29121/ShodhAI.v2.i1.2025.48. Disponível em: <https://shodhai.org/shodhai/article/download/48/37/291>. Acesso em: 24/11/2025.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE. Campus Pelotas. **Repositório Digital História Memória da EPT (HeMEPT)**. Pelotas. Disponível em: <http://hemept.pelotas.ifsul.edu.br/hemept/>. Acesso em: 20 set. 2025.

KOSSOY, Boris. O paradigma da fotografia. Texto apresentado no Seminário de Fotografia, Chile, 19 ago. 2008. Disponível em: https://boriskossoy.com.br/wp-content/uploads/2014/11/paradigma_pt.pdf. Acesso em: 17/11/2025.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA FILHO, Domingos Leite. Luta de classes, precarização da formação da juventude trabalhadora e acirramento da dualidade estrutural: a contrarreforma do ensino médio e da educação profissional. In: NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes (org). **Educação profissional no Brasil no século XXI: políticas, críticas e perspectivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. v.3.p.23-32. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/447/4696/9349. Acesso em: 10/11/2025.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo,

v. 13, n. 1, jan./jun., p. 133–174, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5417/6947>. Acesso em: 18/11/2025.

MEDEIROS, G. S. L. de. Era Vargas: a educação como instrumento político / Vargas Era: the education as a political instrument. ID on Line. **Revista de Psicologia**, v. 14, n. 50, p. 835–853, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/idonline.v14i50.2481>. Acesso em: 17/11/2025.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional [recurso eletrônico]. Curitiba: **Instituto Federal do Paraná**, 2014. (Coleção Formação Pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 17/11/2025.

RODRIGUES, Tobias de Medeiros. **Percepção dos usuários do repositório digital História e Memória da ETP do IFSul**: relevância, impacto e contribuições à preservação e pesquisa. 2025. Tese (Doutorado Profissional em Educação e Tecnologia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, Campus Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, 2025.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

TEIXEIRA, Alison Nascimento; RIBEIRO, Mária Bruna Pereira. A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís, MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: [Instituição], 2018. p. xx-xx. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Alison-Nascimento-Teixeira.pdf>. Acesso em: 17/11/2025.